

A AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM SOB A PERSPECTIVAS DAS IDÉIAS DE WITTGENSTEIN

HERONIDES MAURÍLIO DE MELO MOURA
(UFSC-UNICAMP-EHESS(Paris))

RESUMO

The influence of philosophical trends has been pervasive in the very formation of linguistic theories. This article analyses such influence in what concerns acquisition theories. The assumption is that in this field linguistic theories are subject to the bias of philosophical presuppositions that ground the theories themselves. Thus, such theories are usually supported by concepts which have been directly inherited from philosophical tradition. Representative examples are concepts such as «mind», «spirit», «innate ideas», «acquired ideas», «perception», «organism», «comprehension», and so on. Such concepts remain as established presuppositions even in more recent acquisition theories. In that sense, the models to be referred to in this article are the model of principles and parameters, the competition model as well as Slobin's model. The basic theoretical cleavage between innatism and behaviorism, which is based on this philosophical tradition, continues to influence ongoing research.

With the help of Wittgenstein's ideas, this article intends to re-evaluate the traditional presuppositions involved in acquisition theories. Wittgenstein's work seems to show that acquisition theories problems may be derived from the very presuppositions which produce the cleavage between innatism/behaviorism and which define the sense of the questions in this field of research.

Este artigo se propõe a redimensionar, sob o ângulo das idéias de Wittgenstein, algumas das questões envolvidas na epistemologia das teorias de aquisição de linguagem de perspectiva wittgensteiniana não é das mais confortáveis para os lingüistas. Esse desconforto se deve, fundamentalmente, ao fato de as idéias de Wittgenstein deslocarem o eixo básico sobre o qual tem girado, também em Lingüística, o debate sobre aquisição de linguagem. Como sabemos, esse eixo tem sido a oposição inatismo/behaviorismo. Ora, tentarei demonstrar, neste artigo, que, de acordo com as idéias de Wittgenstein, o aprendizado da linguagem não pode ser redutível aos esquemas tradicionais nem do inatismo, nem do behaviorismo.

A minha intenção não é realizar uma pesquisa extensiva sobre o conceito de aquisição da linguagem na obra do filósofo vienense, nem realizar um trabalho de scholar sobre o entrelaçamento desse conceito no conjunto da teoria de Wittgenstein. Essa seria uma pesquisa filosófica para a qual não estou habilitado. O objetivo desse artigo é repensar alguns dos pressupostos das teorias de aquisição sob a perspectiva de Wittgenstein, na medida em que ela pode ser útil para a abordagem estritamente lingüística da questão. Essa perspectiva pode ser instigante ou desoladora, segundo a disposição dos lingüistas.

Acredito que os fundamentos epistemológicos, em Lingüística, determinam, em grande parte, a estrutura formal adotada por uma teoria. O pensamento de Wittgenstein, tornando evidente a fragilidade de certas teorias lingüísticas pela análise dos pressupostos filosóficos que as sustentam, mostra cabalmente a integração entre fundamentos epistemológicos e estrutura formal. Aliás, essa integração necessária nunca foi esquecida por Chomsky *lui-même*, que dedicou, sintomaticamente, toda uma parte de seu *Knowledge of Language* à teoria de Wittgenstein.

A oposição inatismo/behaviorismo, nas teorias de aquisição da linguagem, se apóia em tentativas de explicar como o falante compreende as sentenças de uma língua. Mas o que significa aqui *compreender* ?

Compreender, aqui, significa saber identificar os signos que estruturam as sentenças, significa, então, compreender o *objeto* da compreensão, no caso as sentenças. Essas teorias de aquisição estão baseadas em teorias do conhecimento que estabelecem, de um lado, um *sujeito-falante* que compreende e, de outro, *objetos* de compreensão. As duas teorias contrapostas se identificam nesta teoria do conhecimento; elas divergem apenas quanto à natureza do objeto, vale dizer, quanto à natureza do objeto lingüístico. A determinação da natureza do objeto é crucial para as duas teorias, pois é a partir do estatuto do objeto que se explica como se dá a apreensão ou a aquisição do saber lingüístico. As duas teorias disputam, acima de tudo, uma definição ontológica daquilo que se aprende.

Essas teorias de aquisição se baseiam em **ontologias** do objeto de conhecimento. Saber uma língua é saber **algo**, aprender é aprender **algo**. A grande questão que se coloca, nesse parâmetro, é a de descrever a natureza, a essência desse **algo** (a língua) que se aprende. Ontologiza-se o objeto de conhecimento, para se explicar então como os sujeitos-falantes têm acesso a esse « ser » da língua.

Se aceitamos a nomenclatura de Katz, que denomina o behaviorismo de « nominalismo » e o inatismo de « conceptualismo », podemos dizer, de acordo com ele, que essas duas teorias, mais uma teoria lingüística “platônica”, esgotam as possibilidades ontológicas: “One can take the objects of a theory to be concrete, physical particulars, as the nominalist does, or take them to be psychological, mental or biological particulars, as the conceptualist does, or deny they are particulars at all and take them to be atemporal, aspatial objective entities, as the Platonist does.” (Katz, 1985:181).

Agora se pode definir melhor o que significa compreender sentenças, o que o saber uma língua permite. Compreender uma sentença é identificar a ontologia dos signos da língua, é re-conhecer o objeto lingüístico, assim como um botânico identifica, numa floresta, os tipos de plantas.

Assim, o sujeito-falante, ao saber uma língua, está provido de procedimentos de identificação e descrição das frases da língua, que ora são objetos mentais (inatismo chomskyano), ora são objetos empiricos (behaviorismo). Saber uma língua é saber identificar ou descrever esses objetos.

Por isso, aplica-se perfeitamente às teorias inatista e behaviorista a mesma função que Katz propõe para a sua teoria platônica da linguagem: “On the Platonist account, mathematicians and linguists neither invent such objects, nor stipulate truths about them ; mathematicians and linguists merely discover and describe them” (id. : 177). As teorias citadas citadas conflitam apenas, repito, na natureza ontológica atribuída aos objetos “descobertos”.

Analisemos, por exemplo, uma posição mentalista-inatista como a defendida por Atkinson (1992). Ele propõe, como exemplo de *learnability-theoretic framework*, uma experiência de aprendizagem de um conceito. No caso, o conceito é uma combinação de QUADRADO e VERDE. O sujeito da experiência deve aprender este conceito (denominado *nurg*) a partir de cartas contendo figuras geométricas variando em cor e forma. O sujeito é submetido ao processo de aprendizagem, através de perguntas e respostas e feedbacks sobre a correção das respostas. “The whole set of cards is treated in this way, then shuffled and the process is repeated. After a certain number of runs through the pack, S(subject) is consistently correct. At this point, S is said to have learned/acquired the concept”. (Atkinson,1992:10).

Quer dizer, saber o conceito (melhor seria dizer « signo ») *nurg* significa saber identificar ou descrever¹ este conceito. Trata-se, aliás, de um processo de tudo ou nada: o sujeito, a partir de um determinado ponto, passa bruscamente a saber.

É interessante notar que essa definição do saber como um estágio no qual se identifica o objeto de conhecimento independe da teoria de aprendizagem adotada, mentalista ou behaviorista. A oposição entre essas teorias surge no momento em que se tenta explicar a natureza do conceito aprendido, o que explicitaria também a forma como ele foi aprendido.

É aí que emerge a teoria de aprendizagem defendida por Atkinson. O conceito aprendido é mental, visto que já se encontrava na mente do sujeito como hipótese. Ou seja, aqui se dá a ontologização do conceito como entidade mental, o que permite que se determine a forma de acesso a esse conceito; no caso, a testagem de hipóteses.(O falante dispõe de um arsenal de « conceitos » e « estruturas » na mente, e testa hipóteses para descobrir qual dessas estruturas corresponde à do objeto (no caso o « conceito » *nurg*)que ele deve aprender).

¹ O Prof. Rodolfo Ilari observou que « identificar » e « descrever » não são processos idênticos. Isso é verdade, mas o que eu pretendo dizer é que se trata de dois modos de « conhecimento » de objetos, no caso as frases. Ou o falante é capaz de identificar (reconhecer) uma frase, ou ele é capaz de descrever a estrutura dessa frase.

É muito curioso, aliás, que uma experiência aparentemente tão behaviorista (estímulo-resposta-confirmação de resposta) seja utilizada para *demonstrar* teses inatistas. Isso é possível porque, na verdade, o que se está tentando responder são perguntas como: o que se passa com o sujeito na aprendizagem? (*What goes on in such situations?*) (id.:p11). Em que ontologia o sujeito situa a identificação do objeto?

A partir de perguntas como essa, não consigo ver como se poderia decidir por uma teoria inatista ou uma behaviorista. A mesma indefinição se encontra na oposição correlata inato x adquirido: “L’écôle de Cambridge (nota: é assim que Milner denomina a gramática gerativa) part de l’hypothèse que la science du langage doit mettre au jour les propriétés à la fois innées, spécifiques et contingentes de son objet; mais, faute d’observatoire, il doit raisonner par inférence” (Milner,1989:240).

Mas como determinar esse objeto contigente se o inato é definido em termos inferenciais? Não se dispendo de nenhum meio de observação dessa linguagem inata, pode-se apenas « inferir », mas não provar, por testes empíricos, a sua natureza. Quer dizer, fica-se no campo da postulação de essências, à espera de uma superciência que venha desvendar a natureza desse objeto do saber lingüístico.

Voltemos à experiência de Atkinson. Ele quer explicar o que se passa com o sujeito ao aprender. Ora, a própria pergunta direciona o que se dá como resposta. Essa pergunta (*What goes on in such situations?*) já pressupõe que ocorra algum processo na mente dos falantes, durante a aprendizagem. Seria um processo simultâneo à manipulação dos signos, um processo que acompanharia o trabalho com os conceitos. Essa tendência de imaginar um processo mental *ao lado* do trabalho com os signos é extremamente forte na cultura ocidental. Imagina-se que, por si mesmos, os signos sejam insuficientes para a significação; é preciso que se dê, como mecanismo mental, a compreensão. A compreensão é “the overtone, halo or fringe of the word, as spoken in that sentence” (W. James in Baker & Hacker, 1988:327).

“Estas últimas atividades (compreensão e interpretação) parecem decorrer num meio fora do vulgar, o espírito (ou mente); e o mecanismo do espírito, cuja natureza, segundo parece, não compreendemos completamente, pode produzir efeitos não susceptíveis de serem provocados por um mecanismo material.” (Wittgenstein, 1992:28)

A mente, portanto, passa a ser um *lugar* onde ocorrem os processos de compreensão, onde se passa de um não-saber a um saber. Essas suposições permitem a ontologização dos signos como entidades mentais, visto que, sendo a compreensão dos signos um processo mental, nada mais lógico, para os mentalistas, do que conceber os próprios signos como entidades mentais. Seria a maneira mais fácil de acesso aos signos. Os signos se oferecem à interpretação. Na gramática chomskyana, aliás, compreender as sentenças (processo mental) e identificar os signos (estruturas mentais) são processos indiscerníveis. Os signos propriamente ditos, as frases efetivamente produzidas, não passam de vestígios do que se passa na mente.

Essas estruturas mentais correspondem a substâncias inacessíveis à experiência. “The traditional answer conceived of the ‘underlying mental reality’ as a peculiar type of substance, standing in contrast to material substance, but none the less

substance for all its mentality. Consequently, the 'structure of the mind' thus conceived was taken to be structure of such an ethereal (and mysterious) mental stuff." (Baker & Hacker, 1988:330).

A minha proposta, neste trabalho, é que a teoria de Wittgenstein revela alguns problemas das oposições mentalistas/inatistas X empiristas/behavioristas nas teorias de aquisição. Segundo Wittgenstein, a linguagem é uma atividade que opera com signos.

Ele simplesmente não se põe as perguntas que dividem as teorias citadas, quais sejam: qual a natureza ontológica do objeto de conhecimento, que permite a identificação desses objetos; o que se passa na mente durante a aprendizagem e/ou compreensão.

Em primeiro lugar, compreender uma língua não significa saber identificar ou descrever a estrutura dos signos. Saber uma linguagem significa saber pô-la em funcionamento, participar de seu funcionamento, saber operá-la. "Mas se tivéssemos de mencionar o que anima o signo, diríamos que é a sua utilização... O signo (a frase) obtém o seu significado do sistema de signos, da linguagem à qual pertence. Numa palavra: compreender uma frase significa compreender uma linguagem." (Wittgenstein, 1992:30-1).

A operação com signos se dá no nível da práxis (ou seja, atividades específicas) e não no nível do conhecimento (reconhecimento de objetos). Observe-se, quanto a isso, o paradoxo gerado pela posição de Atkinson, por exemplo. A criança, ao realizar a *identificação no limite*, começa a *saber* sua língua. Ora, como essa identificação no limite só ocorre após a passagem de um certo tempo, deduz-se que a criança já falava **antes** de saber. Antes de saber, o que ela falava eram as hipóteses rejeitadas. Quer dizer, o que ela falava antes ou não era linguagem, ou não era saber. Ora, saber uma linguagem é saber utilizá-la, segundo Wittgenstein.

Somos tentados a procurar algo que seja equivalente ao signo e que dê vida a ele, permitindo-nos escapar da cadeia dos signos. Ou seja, a compreensão dos signos é procurada **fora** da própria utilização dos signos - ou como uma imagem (uma sombra do signo), na forma de correlatos mentais, ou como uma resposta orgânica a estímulos verbais.

Para Wittgenstein, ao contrário, a compreensão dos signos se dá através de outros signos. "A frase tem vida, pode dizer-se, enquanto parte integrante do sistema da linguagem. Mas é-se tentado a imaginar o que dá vida à frase como algo que, numa esfera misteriosa, com ela coexiste. Mas, seja o que for que com ela coexista, será para nós apenas outro signo (id.:31).

Ou seja, o significado de um signo remete sempre a um outro signo; a interpretação não é algo que já esteja aí, ou como identificação mental, ou como resposta a estímulos determinados objetivamente, como querem os behavioristas.

Compreender uma sentença, saber uma linguagem, é saber operar com os signos dessa sentença, é saber encadear novos signos, p. ex., formulando paráfrases dessa sentença, fornecendo explicações dessa sentença através de outros signos, ou se for o caso derivando novos usos para essa sentença.

A teoria de Wittgenstein, portanto, não pode ser identificada ao behaviorismo tradicional, pois não aceita que o significado (uso) de uma sentença seja determinado por estímulos exteriores aos signos. O uso de uma sentença remete sempre a outros signos, a outros usos semelhantes e diferentes (semelhanças de família), e a linguagem se dá sempre nessa passagem de um signo a outro signo, de um uso a outro uso.

É preciso esclarecer ainda que Wittgenstein não se define por qualquer teoria de aprendizagem tradicional. Isso acontece porque, para ele, o significado e a compreensão da linguagem não decorrem da forma como ela foi adquirida. “It may be all one to us whether someone has learned the language or was perhaps from birth constituted to react to sentences in German like a normal person who has learned it... The way in which language was learnt is not contained in its use.” (Wittgenstein, *Philosophical Grammar*, in Baker & Hacker, 1988:31).

A posição do filósofo vienense quanto ao problema da aquisição da linguagem pode provocar dúvidas. Entretanto, creio que essas dificuldades surgem em função da própria remoção, efetivada por Wittgenstein, de idéias preconcebidas da tradição filosófica de abordagem da linguagem. Ou seja, ao pôr em questão vários dogmas, a teoria de Wittgenstein não parece fornecer parâmetros para a solução do problema da aquisição de linguagem. A meu ver, para ele essa solução não pode emergir dos pressupostos clássicos da oposição empirismo / inatismo.

Como afirmei anteriormente, empirismo e inatismo podem ser considerados variantes de uma mesma abordagem teórica, segundo a qual saber uma língua é saber identificar a *natureza ontológica* da língua. Argumentarei agora que empirismo e inatismo também podem ser considerados variantes de uma mesma teoria segundo outro aspecto. Refiro-me à idéia, comum a ambas às teorias, de que a linguagem é uma imagem, uma figura de algo que está fora dela.

A língua seria uma espécie de epifenômeno, ora de estruturas mentais, ora de contextos materiais (físico-biológicos). Ou seja, ou a língua é uma imagem do que ocorre na mente (segundo os inatistas), ou a língua é uma imagem do que ocorre na matéria (considerada como fonte de estímulos). Entender a natureza da linguagem, em conseqüência, significa retrair a origem da linguagem em outro lugar. A clave que explica o código lingüístico deve ser encontrada fora do próprio código lingüístico. “Understanding would be something like seeing a picture from which all rules followed, or a picture that makes them all clear.” (Wittgenstein, 1974:40).

Essa é uma tendência extremamente arraigada na cultura ocidental e envolve conceitos fundamentais como conhecimento, espírito, matéria.

A definição da linguagem como imagem de outros fenômenos implica a necessidade de dicotomias como espírito / matéria. Ou a linguagem é imagem de mecanismos mentais (espelho da mente) ou a linguagem é imagem da matéria, dada sob a forma de percepções dos sentidos (espelho da matéria). Ora, esse jogo de espelhos também propicia a dicotomia interno/externo. Num caso, o espelho-língua está voltado para dentro, para o interno (“languages are the best mirror of the human

mind.” Leibniz, *in* Chomsky, 1986:1). No outro, o espelho-língua está voltado para fora, para o externo.

A teoria de aquisição de linguagem, portanto, é um corolário tanto de teorias do conhecimento, quanto de teorias da mente e da matéria. Por um lado, temos uma consciência cognoscente que se reflete na linguagem. A imagem que a língua é, está pré-formada na mente. Por outro lado, no empirismo, a consciência é uma superfície vazia, uma *tabula rasa*; a linguagem brotará aí como uma imagem formada a partir de impressões (no duplo sentido de imprimir e de efeitos sobre os órgãos dos sentidos) específicas e concretas.

É óbvio que essas duas teorias de aquisição apenas alternam a direção da aquisição: ou do interno para os signos, ou do externo para os signos. Como proceder a essa tradução da mente para os signos, ou dos estímulos para os signos? “What is spoken can only be explained in language, and so in this sense language itself cannot be explained. Language must speak for itself.” (Wittgenstein, id : 40). Wittgenstein descarta a possibilidade de uma tradução mente-signos e também de uma tradução estímulos-signos.

O paradoxo é que quanto mais se tenta explicar a linguagem a partir de códigos não-lingüísticos, menos se explica a linguagem. Por outro lado, a dicotomia interno / externo se rompe no âmbito dos signos. O que significa dizer que o signo se realiza no interno? Ou no externo?

O que se passa na mente explica o significado de uma sentença? O significado de uma sentença pode ser traduzido em percepções empíricas? “Como não estamos interessados no local em que os processos do pensamento, do cálculo, ocorrem, podemos imaginar em nosso proveito que os cálculos foram feitos na sua totalidade no papel. Não estamos preocupados com a diferença entre interno e externo.” (Wittgenstein, 1992:42).

A metáfora do lugar é inapropriada para os signos. O lugar a que um signo remete é apenas um outro signo; um sentido só pode ser explicado com um outro sentido.

Para Wittgenstein, em resumo, a aprendizagem de uma língua não pode ser explicada com um mapeamento entre os fenômenos lingüísticos e outros tipos de fenômenos.

Essa noção de mapeamento continua muito forte em teorias de aquisição atuais. Um modelo recente como o *modelo de competição*, apesar de proclamar a importância da variação lingüística e da produção a nível de performance, continua a fazer uso dessa noção. O modelo se define como funcionalista: “ We are focusing on cross-linguistic variation in the mapping between form and function in language comprehension, production and acquisition.” (Bates & Macwhinney, 1987:160). Todavia, tal modelo não consegue escapar da necessidade de fazer uma ponte entre o lingüístico e o não-lingüístico. Ou seja, se formas e funções fossem definidas puramente no âmbito verbal, como se daria a aquisição, segundo os pressupostos tradicionais? A linguagem seria imagem de quê?

Para isso, os autores do modelo explicitam que as funções são dadas a priori, isto é, possuem algum nível de representação fora da linguagem. “Remember, however, that it is the organism who determines the set of functions to be mapped onto forms.” (id.,170). Quer dizer, pressupõe-se um *organismo* que dispõe de funções comunicativas a priori e então se faz o mapeamento dessas funções para as formas das diversas línguas. Esse movimento recompõe a imagem tradicional de aquisição da linguagem.

Uma consequência das teorias inatistas é que as regras da língua são adquiridas privadamente. A formulação de hipóteses e a aquisição de regras sobre a língua são dadas como propriedades da mente de cada falante. “We then try (in principle) to construct a complete theory, the best one we can, of relevant aspects of how Jones (any speaker) is constructed - of the kind of “machine” he is, if one likes.” (Chomsky, 1986:237).

Trata-se de determinar uma teoria que represente a natureza do estado inicial *So* da faculdade de linguagem, a partir do qual se incorpora uma linguagem particular *L*, que é uma realização específica dos princípios de *So*, a partir da fixação de parâmetros. Isto é, o estado inicial *So* é uma faculdade inerente ao falante. Desse modo, a formulação de regras lingüísticas pode ser atribuída diretamente ao falante, sem o recurso a qualquer validação externa à mente.

Nessa perspectiva, Chomsky critica a teoria de Wittgenstein, segundo a qual não pode haver linguagem privada. Um sumário das posições de Wittgenstein, a partir da interpretação de Kripke, é o seguinte: “(1) To judge whether an individual is indeed following a given rule in particular applications is to determine whether his responses agree with their own. (2) We therefore reject the “private model” of rule following, according to which the notion of a person following a given rule is to be analyzed simply in terms of facts about the rule follower and the rule follower alone, without reference to his membership to a wider community.” (in Chomsky, id,235).

O argumento principal de Chomsky contra essa posição é o de que comumente nós atribuímos a falantes a formulação de regras, mesmo sendo elas diferentes das que usamos. Ora, pergunta Chomsky, se essas regras são claramente formuladas e diferem das nossas, qual a necessidade de se recorrer à interação numa comunidade? Um dos exemplos dados por Chomsky é muito conhecido no campo de aquisição de linguagem. Trata-se da supergeneralização na formação do passado na fala das crianças. Elas dizem *sleeped*, ao invés de *slept*, *brang* (em analogia com *sang*), ao invés de *brought*, e outros exemplos equivalentes.

O raciocínio de Chomsky é que as crianças formularam essas regras privadamente, a partir de suas próprias hipóteses lingüísticas. Essa formulação independe das formas lingüísticas compartilhadas com uma comunidade. A regra é formulada como um cálculo computacional da mente e não como uma resposta à comunidade.

Ora, parece-me haver um equívoco quanto à interpretação das idéias de Wittgenstein. Refiro-me à afirmação de que as regras de um falante devem concordar com as nossas para fazerem sentido. Realmente, segundo o filósofo vienense, nós

devemos atribuir um sentido qualquer às regras do outro, mas na medida em que essas regras possam ser deriváveis de nossas práticas lingüísticas.

Uma regra fará sentido para o falante de uma língua específica se ela estiver contida nas possibilidades dessa língua. O falante compreenderá, portanto, o modo como um outro falante formulou a regra e atribuirá a ela um determinado sentido. Quando uma criança diz *sleeped*, o falante do inglês entende perfeitamente o que ela quis dizer, o que implica que o interlocutor compreende a regra que a criança está seguindo. Uma regra completamente incompreensível para os falantes de uma língua não é uma regra dessa língua. Uma regra é uma operação derivável dos sentidos e da gramática de um jogo de linguagem. Como dizer então que uma regra é formulada privadamente, se ela depende do jogo de linguagem que é produzido em uma comunidade?

Sempre é possível, a partir da efetividade das regras lingüísticas, transpor essas regras para um outro nível. Enfim, sempre é possível propor uma *causa* externa para os fenômenos lingüísticos. Entretanto, é de se notar que essas causas devem estar estritamente ligadas às regras lingüísticas, ou então não fazem qualquer sentido. Quer dizer, a regra *mental* que Chomsky proporia para a supergeneralização das crianças deve estar estritamente ligada às regras de flexão do inglês, ou não faria qualquer sentido. Ora, mas para que realizar a passagem do verbal para o mental, se essa regra descreve, de qualquer forma, uma operação com os signos da língua inglesa, e não uma operação com uma hipotética linguagem mental? Em suma, nesse tipo de teoria se pressupõe que ocorra na mente um correlato das operações que ocorrem na linguagem.

O conceito de princípios de operação, utilizado em algumas teorias de aquisição, está ligado a esse problema. Os princípios de operação são “*procedures or strategies employed by LMC (language-making capacity). OPs (Operating Principles), whatever their ultimate origin, are necessary prerequisites for the perception, analysis, and use of language in ways that will lead to the mastery of any particular input language.*” (Slobin, 1985:1159). Isso implica que as operações lingüísticas devem ser reduzidas, ou traduzidas, a estas operações perceptivas. Os princípios de operação seriam universais. Entretanto, “the child will discover that in the particular language she is learning certain OPs are more useful than others in that they apply more often and their results are more reliable. For instance, SG:REPETITION will be of little use to a child learning English and therefore may be abandoned, whereas it may prove quite useful to a child learning a Bantu language.” (Peters, 1985:1050).

Mas como saber se um princípio de operação é descartado em função da língua ou se, ao contrário, é a própria língua que *oferece* um princípio de operação que lhe sirva de acesso? Chega-se, assim, ao paradoxo de a *causa* ou *pré-requisito* de aquisição da linguagem (os princípios de operação), poderem ser considerados como consequência, como acarretamento de línguas particulares.

Um princípio de operação, para ter validade e ser útil, deve estar diretamente ligado às regras de uma língua particular. Um princípio de operação que não seja utilizado numa língua (que esteja na *mente*), não tem qualquer utilidade, e não

faz sentido propô-lo *in absentia*. Ou seja, os princípios de operação são formulados como correlatos mentais de operações que estão na linguagem.

Voltemos agora à questão da aquisição de linguagem na teoria de Wittgenstein. Um dos poucos trechos (do que eu conheço) em que ele aborda essa questão mais diretamente é quando se refere ao esquecimento de uma palavra. Imaginemos o caso em que uma pessoa não saiba mais o significado de uma palavra, ou seja, não saiba mais como utilizá-la, por exemplo, a palavra **azul**. Como restabelecer o sentido dessas palavra? Esse restabelecimento representaria um processo de aquisição de linguagem.

Para Wittgenstein, esse processo de aprendizagem pode se dar de diferentes formas. Há vários tipos de relações que podem ser formuladas para a definição de uma palavra. Ou seja, o sentido de uma palavra é aprendido a partir dessas possíveis relações diferentes, ou explanações de sentido: “We might point to a blue object and say “that is blue”, or say “remember your blue patch” or we perhaps utter the German word “blau”, etc, etc.” (Wittgenstein, 1974:79-80). (É bom frisar que o processo de ostensão é também um processo de simbolização, e não uma instância privilegiada de acesso ao real.)

Nessa perspectiva, não existe uma *causa* única e necessária de aquisição de uma palavra. A aquisição pode ter se realizado de diversas maneiras, logo o sentido de uma expressão independe da forma como ele foi aprendido, pois se não fosse assim, o sentido teria diferentes marcas de acordo com a forma como ele foi aprendido. Deste modo, pode-se dizer que os sentidos não trazem em si a marca de sua gênese.

O processo de aquisição, no inatismo e no empirismo, é definido como uniforme e universal, ligado a uma causa necessária. Essa causa corresponde, no inatismo, à natureza da mente, e no empirismo, aos estímulos sensoriais. Com isso, forma-se a idéia de que haja um processo de compreensão subjacente, pelo qual uma palavra passa a ter sentido. Esse processo de compreensão liga a palavra (e todo o sistema lingüístico) a causas externas à língua, seja percepção, cognição ou estímulos. Enfim, uma causa única e necessária garantiria que a linguagem funcionasse como imagem dessa causa. Os signos adquirem validade ontológica a partir da ligação com essa causa.

Wittgenstein define a aquisição como o processo que permite estabelecer a compreensão de uma linguagem, da qual a palavra é apenas um componente. Qualquer que tenha sido o processo de aquisição, o importante é que ele possibilite ao falante a compreensão do sentido da palavra. E o sentido pode ser representado de diferentes modos. “There isn’t a further process hidden behind, which is the real understanding, accompanying and causing these manifestations.” (id.,80). Quer dizer, assim como não há um processo universal e necessário de aquisição, também não há um processo de compreensão único e geral, acarretado pelo processo de aquisição. Em resumo, para Wittgenstein a aprendizagem de uma língua escapa de qualquer necessidade ou causalidade que lhe seja exterior. *Language must speak for itself.*

Como já afirmei, o filósofo vienense parece se recusar a inserir sua teoria nas alternativas clássicas do racionalismo inatista e do empirismo. Desse modo, sua

teoria, ao que parece, não responde à pergunta: existem predisposições inatas à linguagem? Entretanto, por recusar o mito da linguagem privada, pode-se ser tentado a pensar que Wittgenstein renega qualquer tipo de inatismo.

Seja como for, de acordo com a teoria de Wittgenstein, um inatismo do tipo chomskyano parece inadmissível, o que não é pouca coisa. Chomsky reconhece a força dessa crítica: “Of the various general critiques that have been presented over the years concerning the program and conceptual framework of generative grammar, this (Wittgenstein’s theory) seems to me the most interesting.” (Chomsky, 1986:223).

BIBLIOGRAFIA

- ATKINSON, Martin (1992). *Children’s Syntax*. Oxford, Blackwell.
- BAKER, G. P. & HACKER, P. M. (1988). *Wittgenstein. Meaning and Understanding*. Oxford, Blackwell.
- BATES, E. & MACWHINNEY, B. (1987). ‘Competition, variation and language learning.’ In B. MacWhinney (org.). *Mechanisms of Language Acquisition*. Hillsdale, N. J., Lawrence Erlbaum (p 157-193).
- CHOMSKY, Noam. (1986). *Knowledge of Language*. New York, Praeger.
- KATZ, J. J. (ed.) (1985). *The Philosophy of Linguistics*. Oxford, Oxford University Press. (p 172- 203).
- MILNER, Jean-Claude (1989). *Introduction à une Science du langage*. Paris, Seuil.
- PETERS, A. (1985). ‘Language Segmentation: Operating Principles for the perception and analysis of language’. In Slobin (org) *The crosslinguistic study of language acquisition*. Vol. 2: Theoretical Issues. Hillsdale, Lawrence Erlbaum. (p 1029-1068).
- SLOBIN, D. (1985). ‘Crosslinguistic evidence for the language-making capacity’. In Slobin (org). *The crosslinguistic study of language acquisition*. Vol 2. Hillsdale, Lawrence Erlbaum.